

Estado, Regimes Políticos e Governo: teoria, história e atualidade

Vanderlei Martini¹

Cristiane Francelina Dias²

Resumo

O tema geral que este artigo aborda, sob uma perspectiva teórica, a partir de formulações de autores marxistas, é o processo de evolução e consolidação do *Estado burguês* sob modo de produção capitalista com suas crises políticas e, em decorrência destas, as mudanças de *regimes políticos*. Nosso objeto central de análise, portanto - além do Estado burguês - são os regimes políticos implementados pelas classes dominantes à depender de cada conjuntura histórica. Com destaque para a democracia, o bonapartismo e o fascismo, por serem marcadamente os mais presentes ao longo da hegemonia da burguesia como classe social.

Palavras-chave: Estado. Bonapartismo. Fascismo. Democracia Burguesa.

Abstract

The general theme that this article approaches, from a theoretical perspective, from the formulations of Marxist authors, is the process of evolution and consolidation of the bourgeois state under capitalist mode of production with its political crises and, as a result, the regime changes politicians. Our central object of analysis, therefore - beyond the bourgeois state - are the political regimes implemented by the ruling classes depending on each historical conjuncture. With emphasis on democracy, Bonapartism and fascism, because they are markedly the most present throughout the hegemony of the bourgeoisie as a social class.

Keywords: State. Bonapartism. Fascism. Bourgeois democracy.

¹ Doutorando na Escola de Serviço Social - ESS da Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ. Mestre em Política Social pela Universidade de Brasília – UNB e Assistente Social ESS/UFRJ.

² Doutoranda em Ciências Sociais do Departamento de Estudos latino-americanos da Universidade de Brasília - UnB.

Introdução

O tema do *Estado* e dos *regimes políticos* não são novos entre aqueles e aquelas que buscam interpretar as distintas formações societárias contemporâneas com o objetivo de formular uma crítica social. Nos dias atuais, tem ganhado destaque o debate sobre o regime político *fascista*. Entretanto, como observa acertadamente o professor Leandro Konder (2009), é certo que as extrapolações no uso do termo *fascismo* para fins de agitação política podem prejudicar uma avaliação mais detida no campo conceitual e, conseqüentemente, prejudicar as táticas de lutas e as formas de organização política de caráter progressista.

Neste sentido, para discutirmos este que é um *regime político burguês*, recorreremos, fundamentalmente, além deste indispensável trabalho do grande professor, aos clássicos Marx (2010, 2012), Mandel (1982), Trotsky (In: DEMIER 2012), Fernandes (2015) e, à atualíssima tese de Demier (2012). Além disso, lançamos mão de importantes intelectuais orgânicos progressistas que estão atentos a aspectos decisivos da conjuntura política e econômica nacional contemporânea.

Mas, antes de adentrarmos propriamente no debate sobre a história e a atualidade do Estado e dos diferentes regimes políticos contemporâneo, convém, a título de rigor metodológico, chamar as coisas pelo que elas realmente o são. Ou seja, comecemos, sem grandes pretensões com os preciosismos teóricos, por dissiparmos, sumariamente, algumas possíveis confusões conceituais.

Primeiro: que *Governo*, *Regimes Políticos* e *Estado*, são coisas diferentes em qualquer sociedade dividida em classes sociais. No entanto, frequentemente, propositalmente ou não, confundem-se como se estes fossem uma coisa só.

Os *governos*, via de regra, representam partidos políticos, ideologias, classes sociais e elegem-se (seja através do voto direto ou indireto ou mesmo a despeito deste) por meio de alianças políticas e correlações de forças. Pode-se dizer que o caráter de um governo, seja ele municipal, estadual ou nacional, mede-se pelos interesses de classe que este ou aquele representa. Esses interesses, por vezes são abertos e, por vezes ocultos, portanto, há um fator que dificulta uma compreensão mais sistemática do caráter de classes que há – indiscriminadamente - sobre os governos.

Os *regimes políticos* são formas de governo que o Estado capitalista, portanto burguês, pode assumir dependendo da correlação de forças existente na sociedade ou da disposição de luta das classes sociais. Ou seja, existiu e pode existir diferentes *regimes políticos* sob o Estado burguês. Neste sentido, do mesmo modo que a democracia

burguesa parlamentar e suas reformas sociais são concebidas como subprodutos da sua fase ascendente e do seu florescimento, o “bonapartismo e fascismo são definidos como regimes políticos correspondentes ao declínio histórico do sistema capitalista” (DEMIER, 2012, p. 106). Desse modo, consideramos em especial, como os principais regimes políticos burgueses: a democracia formal, o bonapartismo e o fascismo.

O *Estado* é sempre uma expressão das lutas de classes, ou seja, da correlação de forças existe na sociedade e, por certo, não é a mesma coisa que o modo de produção capitalista. Ademais, o Estado pode assumir determinadas funções distintas ou complementares, sempre dependendo da correlação de forças entre as classes sociais em luta, nos processos de transformações econômicas, políticas e sociais.

Segundo: que os *regimes políticos* podem ser distintos sob o Estado³ burguês capitalista. Noutras palavras: o Estado burguês deu origem a muitos e distintos regimes políticos como; monarquia absoluta, monarquia parlamentar, repúblicas federativas e unitárias, repúblicas com uma só câmara ou com duas (uma de deputados e outra muito reacionária de senadores), ditaduras bonapartistas, ditaduras fascistas etc. Em alguns casos, são regimes com ampla democracia burguesa, que permitem até que os operários tenham seus partidos legais e com representação parlamentar. Em outros casos, são o oposto; ou seja, não há nenhum tipo de liberdade, nem sequer para os partidos burgueses. No entanto, “em todos esses regimes, o Estado segue sendo burguês, porque segue no poder a burguesia, que utiliza o Estado para seguir explorando os operários” (MORENO, apud DEMIER, 2012, p. 24). Neste trabalho, vamos priorizar as reflexões acerca do *fascismo*, com algumas pinceladas no *bonapartismo* e, em menor medida, na *democracia* burguesa.

E, terceiro: que o Estado é anterior a sociedade capitalista e pode, portanto, continuar existindo depois desta em outros tipos de formação social – como por exemplo, o socialismo. Além do mais, é importante lembrarmos que o Estado *stricto senso*, não pode ser datado da era moderna da sociedade burguesa capitalista, aquele surge antes que esta. Decerto, “o Estado é mais antigo que o capital [...] e, por meio da expansão do capital-dinheiro é que o próprio Estado tornou-se mais explicitamente um instrumento da

³ O Estado capitalista é baseado, fundamentalmente, no reconhecimento políticos e jurídico de que todos são iguais perante a lei. Este Estado é resultante das Revoluções Burguesas Clássicas (Inglaterra, França e EUA) ou então de transições conservadoras como a *via Prussiana*, a *revolução passiva* ou a *modernização conservadora*.

acumulação progressiva de capital e o *parteiro do modo de produção capitalista*” (MANDEL, 1982, p. 335 - *Itálicos meus*).

Ou seja, existia Estado no *Escravidismo*, no *Feudalismo* e no capitalismo a burguesia construiu o seu Estado. Com efeito, cabe dizer que o Estado é uma expressão, ou melhor, uma organização própria da classe hegemonicamente dominante atuando para manter a dominação de uma classe sobre a outra e as condições de reprodução daquela determinada formação social. Contudo, em cada formação social, nem o Estado, nem as classes sociais são as mesmas e, menos ainda as contingências sociais. Embora a função do Estado (de dominação de classe) seja a mesma em basicamente todos os períodos históricos, ou seja, em todas as sociedades existentes até agora, o *modus operandi* de dominação assume sempre formas particulares correspondentes a modos distintos de organização e dominação de classes. Dessa maneira, diferentes tipos de Estado correspondem a determinadas relações sociais e correlações de forças entre classes em luta.

Vias de desenvolvimento do modo de produção capitalista

Nossa reflexão inicial vai para os elementos particulares, ou periféricos, da constituição do capitalismo fora das experiências clássicas da Inglaterra, dos Estados Unidos e da França, principalmente. Cabe destacar, que não se trata de uma iniciativa inédita⁴, pois, já há consistentes formulações acerca da temática, às quais no decorrer desta síntese nos apoiaremos. Entretanto, julgamos importante o resgate do tema para fundamentar mas a frente, nossas hipóteses sobre o momento em que vivemos, sobretudo no Brasil. Como o capitalismo não começou no Brasil, embora a invasão portuguesa coincidissem com a gênese deste na Europa, também as primeiras reflexões sobre as particularidades do novo sistema não são frutos de formulação brasileira. Por isso, julgamos fundamental recorrermos às contribuições teóricas de Lenin, Gramsci e em menor medida à Moore Jr. para compreendermos, assim como o fizeram os pensadores sociais críticos do desenvolvimento do capitalismo brasileiro.

⁴ Especialmente Florestan Fernandes (2005), Ruy Mauro Marini (2014), Octávio Ianni (2009), Carlos Nelson Coutinho (2005), Elaine Behring (2008) Chico de Oliveira (2003), Virginia Fontes (2010) entre tantos outros citados na bibliografia.

Lenin desenvolveu o conceito de *Via Prussiana*⁵ em 1907, onde buscava compreender os processos que ele identificava como “não clássico” (como era o caso da Prússia em comparação aos casos da Inglaterra, França e Estados Unidos); Gramsci desenvolveu um conceito similar durante o período que esteve no cárcere (1926-1937), ou seja, o de *Revolução Passiva* para caracterizar os processos de formações que ocorrem a partir de uma conciliação das frações modernas das classes dominantes com as classes atrasadas, objetivando excluir as camadas populares da participação mais efetiva nos processos de transformação social - como era o caso do fascismo na Itália. Já Barrington Moore Junior (1975), formulou o conceito de *Modernização Conservadora* para explicar o processo de transição das sociedades agrárias para sociedades industriais. Moore Jr. traz como exemplo o caso do Japão e da Alemanha.

A partir das respectivas formulações destes autores (“*via prussiana*”, de “*revolução passiva*” e de “*modernização conservadora*”), observamos que as duas primeiras correspondiam às realidades objetivas e históricas vivenciadas pelos dois autores. O conceito de *via prussiana* leniniano deu ênfase à infraestrutura ou à discussão da modernização agrária na Rússia, enquanto o conceito de *revolução passiva* gramsciano, enfatizou a superestrutura ou os processos sociais e políticos de transformação “pelo alto” na Itália. Já as formulações de Moore Jr. sobre o desenvolvimento do capitalismo no Japão, distinguem-se dos caminhos dos *clássicos*, sob o ponto de vista político, embora sem citar Lenin e Gramsci, mas com determinações análogas àquelas formuladas pelos dois marxistas.

As revoluções burguesas clássicas da Inglaterra, EUA e França, propiciaram a emancipação política, tornando os homens livres - a classe trabalhadora em especial, e declaram todos iguais perante a lei. Aqui no Brasil não ocorreu um processo de revolução clássica como nos países mencionados, mas um processo de reformas e de acordos entre as classes dominantes. A burguesia brasileira não tinha vocação nem disposição para emancipar politicamente os homens, não fez a ruptura com o latifúndio e manteve o coronelismo. As elites brasileiras conseguiram permanecer no poder fazendo as mudanças “pelo alto”, “por cima”, ou seja, perpetuando a sua dominação.

⁵ Desenvolvido primeiramente no programa agrário da social democracia na primeira revolução russa de 1905-1907. Utilizamos o texto em espanhol por não dispor do texto em português; cf. na bibliografia.

Coutinho⁶ (2005), buscando atualizar o pensamento de Lenin e de Gramsci entre nós, caracterizou os processos de transformações pelo qual passou o Brasil, como sendo “não clássico”; ou seja, como “via prussiana” (formulação de Lenin) e/ou “revolução passiva” (formulação de Gramsci). O autor brasileiro dará ênfase a Gramsci (sem negar a importância de Lenin), mas valendo-se principalmente das formulações do pensador italiano, que caracterizava o Ocidente por uma “relação equilibrada entre Estado e Sociedade civil”. Assim, Coutinho irá caracterizar o Brasil, pelo menos até aproximadamente 1930, como uma sociedade de tipo “oriental”, na qual o Estado era tudo e a sociedade civil primitiva e gelatinosa.

Lançando mão destes conceitos e formulações, nosso autor irá afirmar que, o processo de modernização econômica e social do Brasil seguiu uma “*via prussiana*” ou uma “*revolução passiva*”. As transformações ocorridas em nossa história não resultam de autênticas revoluções, de movimentos provenientes de baixo para cima, envolvendo o conjunto da população, mas se processam sempre através de uma conciliação entre os representantes dos grupos opositores economicamente dominantes, conciliação que se expressa sob a figura política de reformas “*pelo alto*” (COUTINHO, 2005, p. 50). Itálicos originais.

Portanto, observa-se que não existe um único modelo burguês de reprodução e de transformação do modo de produção capitalista. Do mesmo modo, não há somente um regime político a ser implementado, como veremos mais a frente.

Capitalismo e Estado burguês no Brasil

Para Florestan (2005) não seguimos uma “via clássica” porque desde o início ocupamos uma posição dependente no quadro do capitalismo internacional. Ademais, some-se a isso a questão do imperialismo, o medo do comunismo e o caráter tardio (1930) do início do nosso processo de desenvolvimento capitalista, ou seja, da urbanização e do assalariamento industrial. Isso fez com que a burguesia brasileira num primeiro momento deste processo preferisse se aliar às velhas classes dominantes, para posteriormente aproximar-se dos segmentos militares, ao invés de tentar um compromisso mais permanente com as classes subalternas – se isso ocorresse, provavelmente, teriam se ampliado os direitos de cidadania entre nós.

⁶ Para Carlos Nelson Coutinho o conceito de modernização conservadora desenvolvido pelo sociólogo norte americano é mais palatável nos meios acadêmicos. Lenin e Gramsci eram revolucionários.

Aquilo que ficou conhecido na história brasileira como a *revolução de 1930* é, sem dúvida, um marco importante de nossa trajetória moderna porque, seguramente, é o que expressa de maneira mais emblemática o que é uma “via prussiana”, uma “revolução passiva”, uma “modernização conservadora” ou ainda uma mudança “pelo alto” especialmente num país de capitalismo dependente.

Para Octavio Ianni (2009), devido à derrota, ainda que parcial, das oligarquias de até então pelas novas classes sociais urbanas, àquele processo exprimiu rupturas estruturais a partir das quais se tornou possível reelaborar as relações entre o Estado e a sociedade. Desse modo, “nos anos posteriores à revolução de 1930, alteram-se as funções e a própria estrutura do Estado brasileiro” (IANNI, 2009, p. 27). Portanto, o ano de 1930 marca o início da revolução burguesa no Brasil de tipo não clássica.

Como bem fundamentaram, a partir dos clássicos, especialmente Fernandes (2005), Marini (2000) e Coutinho (2005), este processo entre nós fora diferente das revoluções burguesas clássicas – da Inglaterra, dos EUA e da França. Isto porque, essas revoluções propiciaram a *emancipação política*⁷ do conjunto da sociedade. Portanto, tornaram os homens “livres” – uma liberdade formal que, ao mesmo tempo libertou a classe trabalhadora de relações de servidão, mas também os deixou livres ao jugo do mercado. Como disse Marx, *livres como pássaros e “todos iguais”* perante a lei. Porém, isso é limitado porque nem todos e todas detêm as mesmas condições econômicas, políticas e sociais.

A revolução burguesa no Brasil foi uma “*revolução pelo alto*”, isso porque, excluiu a massa dos trabalhadores da representação política. Acerca do tema, lembramos da famosa frase do Governador mineiro Antônio Carlos, “façamos a revolução antes que o povo a faça”. A frase é sintomática, pois ajuda a explicar a Revolução de 1930 e a coloca como um movimento de parte significativa das oligarquias industriais e agrárias, que não se beneficiavam da política do “café-com-leite”, como a do Rio Grande do Sul, com o apoio de setores sociais cansados da velha e corrupta república, tal como os tenentes e as classes médias urbanas.

⁷ O jovem Marx, lá em 1843 (em *Para a questão judaica*), sabia equacionar perfeitamente um problema que ainda hoje persiste para parte significativa da esquerda brasileira em pleno século XXI. Trata-se da equação *emancipação política* e a *emancipação humana*. Para Marx, “a emancipação política é, sem dúvida, um grande progresso; ela não é, decerto, a última forma de emancipação humana, em geral, mas é a última forma de emancipação política *no interior* da ordem mundial até aqui” (MARX, 2009, p. 52 – itálicos originais).

Do mesmo modo, expressa a preocupação com a possibilidade de crescimento das agitações populares e com a rearticulação dos tenentistas, as oligarquias dissidentes, mesmo em seus setores mais conservadores, resolveram assumir o comando da conspiração. Impediriam, assim, que o golpe desencadeasse em transformações mais radicais. Evidência, ainda, que a burguesia brasileira não tinha vocação nem disposição para *emancipar politicamente* os/as trabalhadores/as do país. Pois, o *bloco político* que gravitava em torno do Presidente Getúlio Vargas não rompeu com o latifúndio e manteve o coronelismo. No entanto, é a partir de 1930 que os interesses da burguesia estão representados no poder estatal.

Claramente, Getúlio Vargas à época tinha dois caminhos à sua frente: a) abrir a democracia e ir para o *conflito aberto com os trabalhadores* ou b) *incorporar a massa trabalhadora*. Como se sabe, a opção do governo foi fazer um conflito seletivo, uma repressão focalizada (basta lembrar-se da repressão aos comunistas vinculados ao PCB) e ao mesmo tempo atender parte das reivindicações da classe trabalhadora - em 1931 foi criado Ministério do Trabalho - MT e mais tarde, em 1943, a Consolidação das Leis Trabalhistas – CLT, entre outros.

Decerto, o Estado brasileiro a partir da década de 30 teve um papel fundamental no processo de desenvolvimento das forças produtivas, na acumulação de capital (e de riquezas) nas mãos das classes dominantes e na manutenção, ou melhor, na reprodução das relações sociais capitalistas. Nestes anos, as políticas sociais também passam a ser incorporadas como processos necessários à reprodução ampliada do capital e do trabalho. Assim, como a contradição é inerente aos processos políticos, econômicos e sociais, não obstante as prioridades do governo à época fossem voltadas para desenvolver o capitalismo por meio da industrialização, por outro lado, tudo isso contribuiu para que se desenvolvesse também a classe operária.

Cabe salientar que a organização do Estado, sua intervenção e as suas relações com a sociedade civil e/ou as classes sociais, sempre foi pautada pelas classes hegemonicamente dominantes (não obstante, sempre houve lutas das classes trabalhadoras), pois, as elites nunca abdicaram da direção do Estado em nosso país. No Brasil, o Estado vem antes da constituição de uma nação, daí a sua importância como agente privilegiado do desenvolvimento do capitalismo maduro.

De acordo com Ianni,

a evolução do sistema político-econômico brasileiro, conforme ocorreu desde 1930, revela o desenvolvimento e a convergência de duas tendências importantes para a compreensão do tipo de capitalismo vigente no País. Em

primeiro lugar, o Estado foi levado a desempenhar funções cada vez mais complexas no conjunto da economia. Essa participação crescente teve caráter direto e indireto, desde a frequente formulação e reformulação das 'regras do jogo', das forças produtivas do mercado até a criação de empresas estatais. Em segundo lugar, a política econômica governamental tornou-se cada vez mais complexa e ambiciosa, chegando a configurar-se como política econômica planificada. Note-se, entretanto, que a política econômica governamental brasileira nem sempre foi política deliberada de desenvolvimento. [...]. Essas duas tendências (crescente participação estatal na economia e política econômica planificada) e a singularidade da convergência de ambas, deve ser consideradas manifestações básicas do sistema político-econômico brasileiro (IANNI, 2009, p. 281).

Portanto, a sociedade brasileira constitui-se a partir deste eixo e não diretamente da práxis social das massas populares e trabalhadoras.

Para Fernandes, o poder estatal surge como a estrutura principal e o verdadeiro dinamismo do poder burguês. E, conclui,

o Estado nacional não é uma peça contingente ou secundária desse padrão de dominação burguesa. Ele está no cerne de sua existência e só ele, de fato, pode abrir às classes burguesas o áspero caminho de uma revolução nacional, tolhida e prolongada pelas contradições do capitalismo dependente e do subdesenvolvimento (FERNANDES, 2005. p. 358).

Seguindo a mesma proposição Marini irá afirmar que;

o capitalismo brasileiro orientou-se, assim, para um desenvolvimento monstruoso, dado que chega à etapa imperialista antes de ter conseguido a mudança global da economia nacional e em situação de dependência crescente diante do imperialismo internacional. A consequência mais importante deste fato é que, ao contrário do que acontece com as economias capitalistas centrais o subimperialismo brasileiro não pode converter a espoliação, que pretende realizar no exterior, em fator de elevação do nível de vida interno, capaz de amortecer o ímpeto da luta de classes... (MARINI, 2000, p. 98-99).

Resumidamente, podemos dizer que: a partir dos anos 1930, desenvolve-se no Brasil, uma tendência à ocidentalização de nossa sociedade, ou seja, a constituição de uma relação equilibrada entre Estado e sociedade civil como aponta Coutinho (2005). Assim, em função dos objetivos e da subserviência de nossas classes dominantes (qual seja, manter os superlucros, a dominação, a dependência e a *superexploração da força de trabalho*), o principal protagonista de nossa industrialização foi o Estado burguês – seja por meio de criação de empresas estatais, da viabilidade de infraestrutura, de incentivo direto (financiamento ou abdicção de impostos) ao capital industrial ou por meio de repressão as contestações das classes subalternas.

De acordo com Marini (2014, p. 41), é possível afirmar que “o subimperialismo corresponde, por um lado, ao surgimento de pontos intermediários na composição orgânica do capital em escala mundial – na medida em que aumenta a integração dos

sistemas de produção – e, por outro, à chegada de uma economia dependente à fase do monopólio e do capital financeiro”. Esse modelo de Estado burguês conduziu o Brasil em face da América Latina, diz Marini, ao subimperialismo.

Pois bem. Agora que expusemos, ainda que sumariamente, as teses daqueles que podem ser considerados nesta seara os autores clássicos brasileiros, podemos afirmar que, grosso modo, o Estado constituiu-se unificadamente antes que a nação e a economia propriamente capitalista. Além disso, é subordinado ao imperialismo dos países hegemônicos, funcionando de acordo com a lógica dos interesses internacionais. Conseqüentemente, o Estado opera em sentido favorável aos trabalhadores quando estes têm correlação de forças favoráveis. Por isso, somente nestas condições o Estado social se amplia -, desde que não atinja a lei geral do valor (MANDEL, 1982).

O Estado brasileiro *estricto sensu* é composto pelos poderes *executivo* (em nível municipal as prefeituras, em nível estadual os governadores e nacionalmente o/a Presidente da República), *legislativo* (vereadores, deputados estaduais, federais e senadores) e *judiciário* (todo o sistema de leis, as forças armadas do exército - da Marinha e da Aeronáutica). Intimamente ligado a estas instituições, temos ainda; os ministérios em nível nacional, as secretarias estaduais nas federações e as secretarias municipais que variam de acordo com as políticas e prioridades dos governos. Todas estas instituições são regulamentadas pela Constituição Federal de 1988 (que é a lei máxima da nação), como sendo três esferas administrativas; a federal, a estadual e a municipal.

Condições “normais” de dominação burguesa

Quando as classes dominantes conseguem dominar hegemonicamente (exercendo em equilíbrio a *coerção* e o *consenso*) a sociedade civil e neste campo todas as formas organizativas e representativas, sejam de classe ou não, nestas condições, emerge o chamado *Estado Democrático de Direito* ou, se se preferir, a democracia burguesa. O regime político implementado preferencialmente pelas classes mais abastadas da sociedade, a partir do estado burguês é, sem dúvida, essa democracia formal. Isso expressa uma situação normal da sociedade do capital. Neste sentido, devemos registrar que mesmo quando não era ainda a classe hegemônica na sociedade, a burguesia, no século XVII e XVIII, se enfrentava com o *Absolutismo* e os regimes de exceção do Estado despótico daquela época. Os filósofos e ideólogos desta classe em ascensão defendiam naquele contexto um conjunto de liberdades (liberdade de organização, de imprensa, de votar e ser votado entre outros) que expressava os mais genuínos valores da burguesia.

Entretanto, como “a história de todas as sociedades que existiram até nossos dias tem sido a história das lutas de classes” (MARX e ENGELS, 2010, p. 40), e portanto as sociedades são dinâmicas e contraditórias - com disputas que se dão mesmo no interior das classes dominantes -, historicamente se desenvolveu momento em que a burguesia encontrava-se dividida, fragmentada em seu conjunto de classe. Nestes momentos nenhuma fração das classes dominantes consegue impor a sua hegemonia às demais classes sociais. Esta contradição - não antagônica - ocorre porque diferentes frações das classes dominantes (banqueiros, grandes industriais, latifundiários entre outros) podem expressar, em determinadas conjunturas, anseios e projetos diferentes.

Ou seja, a história produz momentos em que, por um lado, nenhuma fração das classes dominantes detém força o suficiente para impor hegemonicamente um projeto que unifique o conjunto da sociedade e nem mesmo as próprias classes dominantes. Esses momentos, Gramsci (2016) denominou de “crise de autoridade”. Diz o grande dirigente político do Partido Comunista Italiano - PCI, “se a classe dominante perde o consenso, ou seja, não é mais ‘dirigente’, mas unicamente ‘dominante’, detentora da pura força coercitiva, isto significa exatamente que as grandes massas se destacaram das ideologias tradicionais e não acreditam mais no que antes acreditavam” (GRAMSCI, 2016, v. 3, p. 187).

Por outro lado, para que objetivamente se produza estas conjunturas, deve existir por parte das classes subalternas uma ameaça ao sistema do capital, por menor que seja ou, mesmo uma vontade coletiva de não se sujeitar aos ditames e ao projeto das classes dominantes. À esse quadro pintado em tela, a teoria marxista clássica chama de *crise de hegemonia*. Isto é, nestes momentos conjunturais, abre-se a possibilidade para que novas formas, novas configurações e formatações do Estado capitalista sejam reelaboradas visando a manutenção da dominação e portanto da ordem do capital. Evidencia-se, desta maneira, que as classes dominantes aprendem que, “na luta deve-se sempre prever a derrota, por isso, a preparação dos próprios sucessores é um elemento tão importante quanto tudo o que se faz para vencer” (GRAMSCI, 2016, v. 3, p. 322).

Isso significa que nestas brechas históricas coloca-se a possibilidade de instalação de novos regimes políticos – que podem ser caracterizados como regimes de exceção -, em substituição à velha forma hegemônicas de tipo democrático liberal. Ao longo da história moderna, estes novos regimes – nomeadamente o *bonapartismo* e o *fascismo* -, sempre foram mais autoritários e antidemocráticos que a clássica democracia formal burguesa. Assim, desde 2 de dezembro de 1850 na França, a partir do golpe de estado de

Napoleão Bonaparte, o mundo conheceu varias formas de bonapartismo e, ou, na sua evolução, fascistas.

Nestes momentos de crise de hegemonia, há uma tendência em que o núcleo central de poder do aparelho de Estado (as forças armadas e a burocracia estatal, em especial), crie uma autonomia relativa em relação as classes sociais, inclusive às frações burguesas – isso para salvar o conjunto da ordem do capital. Trata-se de uma atuação estatal muito bem caracterizada por Mandel (1982), como *capitalista total ideal*. O Estado no capitalismo tardio, portanto, ampliou enormemente suas funções no campo da economia, da política e da cultura. Neste estágio do modo de produção capitalista, diz:

o Estado é um capitalista total ideal. A concorrência capitalista determina assim, inevitavelmente, uma tendência a autonomização do aparato estatal, de maneira que possa funcionar com um *capitalista total ideal*, servindo aos interesses de proteção, consolidação e expansão do modo de produção capitalista como um todo, acima e ao contrário dos interesses conflitantes do “capitalista total real” construído pelos “muitos capitais” do mundo real” (MANDEL, 1982, p. 336. Itálicos meus).

Portanto, o Estado burguês se distingue de todas as outras formas anteriores de dominação de classes por uma peculiaridade da sociedade burguesa que é inerente ao modo de produção capitalista. Entre outros, um dos traços mais singular é o “isolamento das esferas pública e privada da sociedade [...] assim, a depender da conjuntura, da correlação de forças, a classe capitalista reina, mais não governa. Contenta-se em dar ordens ao governo” (MANDEL, 1982, p. 336). O objetivo central é inequívoco. Trata-se de manter a apropriação privada dos meios fundamentais de produção, de perpetuar a sociedade de classes, de aprofundar a exploração da força de trabalho, de garantir a apropriação privada das riquezas produzidas socialmente, em fim, trata-se de manter a ordem que interessa ao capital para salvar o conjunto da sociedade burguesa.

Regimes políticos sob o modo de produção capitalista e o Estado burguês

Começamos com o mais anti-humano dos regimes políticos, o fascismo. Este, como indicamos, é um fenômeno da fase imperialista do capitalismo monopolista de Estado, exprimindo-se através de uma política favorável à crescente concentração do capital (KONDER, 2009).

Para o professor,

fascismo é um movimento chauvinista, antiliberal, antidemocrático, antissocialista, antioperário. Seu crescimento num país pressupõe condições históricas especiais, pressupõe uma preparação reacionária que tenha sido capaz de minar as bases das forças potencialmente antifascistas (enfraquecendo lhes a influência junto às massas); e pressupõe também as condições da chamada

sociedade de massas de consumo dirigido, bem como a existência nele de certo nível de fusão do capital bancário com o capital industrial, isto é, a existência do capital financeiro (KONDER, 2009, p. 53).

Este pode ser visto como um movimento político que nasce, geralmente, dos setores médios da sociedade, ou seja, da pequena burguesia privilegiadamente localizada nas entranhas da chamada sociedade civil. Konder (2009, p. 17), ao analisar as causas que permitiram o êxito do fascismo nas décadas de 1920 e 1930, afirma que “o fascismo foi o primeiro movimento conservador que, com seu pragmatismo radical, serviu-se de métodos modernos de propaganda, sistematicamente, explorando as possibilidades que começavam a ser criadas por aquilo que viria a ser chamado de sociedade de massas de consumo dirigido”. Portanto, como um movimento tem sua gênese fora do Estado, mas, pode também ser organizado por meio de interesses íntimos com o Estado, especialmente do aparato estatal burguês.

Outrossim, o fascismo pode ser pensado como um partido político com projeto bem definido, sob forte influência, na maioria das vezes, de uma única liderança. De certo, preliminarmente, é preciso reconhecer que determinadas circunstâncias históricas podem trazer à cena política personagens dantescos, bizarros, que em condições “normais” jamais sairiam de sua insignificância. Foi assim com o Partido Nacional Socialismo - *Nazismo*, de Adolf Hitler na Alemanha - que na época era um dos países mais “cultos” do velho continente europeu. Voltaremos amiúde quando buscarmos descrever que contingências históricas são essas que podem produzir o fascismo.

Além disso, o fascismo também pode assumir a forma de um *regime político*. Ou seja, com uma configuração e formatação própria que o Estado burguês sob o capitalismo monopolista (ou imperialista) pode assumir em determinada conjuntura histórica. A história contemporânea registra exemplos dramáticos dessa tragédia que jamais poderiam ser ignorados ou esquecidos, como por exemplo: o precursor desta ideologia, o fascismo surgido na Itália, liderado por Benito Mussolini (1936-1945), conquistou vários países da Europa como a Alemanha, a Espanha e Portugal no período entre guerras. Num segundo momento esta ideologia alcançou outros países em outros continentes, mas, por hora priorizaremos os casos europeus.

Após a Primeira Guerra Mundial (1914-1918), um profundo sentimento de frustração dominou a Itália. O país saiu decepcionado por não ter suas reivindicações atendidas no Tratado de Versalhes e a situação econômica era mais difícil que antes da guerra. Assim, a crise social, econômica e política ganhava aspectos revolucionários com

o crescimento da esquerda e dos movimentos de direita. a crise é a “expressão concentrada das contradições inerentes ao modo de produção capitalista, a crise é constitutiva do capitalismo: não existiu, não existe e não existira capitalismo sem crise” (NETTO e BRAZ, 2007, p. 157). E, por certo, para o capital não há situações absolutamente desesperadoras, como assinalou Mandel (1982).

O Partido Nacional Fascista, fundado por Mussolini oficialmente em novembro de 1921, cresceu rapidamente: o número de filiados passou de 200 mil em 1919 para 300 mil em 1921⁸. O movimento agrupava pessoas com tendências políticas e origens variadas: nacionalistas, anti-esquerdistas, contrarrevolucionários, ex-combatentes e mesmo desempregados.

O fascismo alemão ocorreu entre 1933 a 1945. É muito comum haver confusão entre os termos “fascismo” e “nazismo”. Afinal, ambos são regimes políticos de cunho totalitários e nacionalistas que se desenvolveram, como já apontamos, na Europa em meados do século XX. No entanto, o fascismo foi implementado na Itália por Benito Mussolini durante o período entre guerras. Já o nazismo foi um movimento de inspiração fascista que ocorreu na Alemanha, liderado por Adolf Hitler e que se baseava, principalmente, no antissemitismo. Ou seja, esse movimento consistia numa mistura de dogmas e preconceitos a respeito da pretensa superioridade da raça ariana. Os alemães sob a ideologia do fascismo acreditavam ser superiores aos outros grupos sobretudo de judeus.

O contexto histórico que possibilitou o surgimento da fascismo na Alemanha embora tenha suas especificidades é muito semelhantes ao que possibilitou sua gênese na Itália. Em 1920, Hitler, já era a principal figura do Partido Nacional-Socialista dos Trabalhadores Alemães – Nazi (abreviado do termo em alemão *Nationalsozialist*) e, em 1921, aos 33 anos de idade, Hitler torna-se chefe do partido, que contava apenas com três mil filiados. O programa do partido falava em bem-estar da população, igualdade perante o Estado, anulação dos tratados de paz e exclusão dos judeus da comunidade. Mas, também, denunciava judeus, marxistas e estrangeiros, prometia trabalho e o fim das reparações de guerra.

⁸ Neste sentido é interessante observar o também rápido crescimento do Partido Social Liberal - PSL nas eleições em 2018. Este partido, foi o que e mais ganhou cadeiras na comparação do resultado de 2014 com o de 2018. Quatro anos atrás, o PSL tinha eleito apenas um deputado federal. Nestas eleições, a sigla que abriga o Presidente Jair Bolsonaro conquistou uma bancada com 52 deputados. Não é o espaço aqui para discutir o perfil destes eleitos.

Com a grande crise do capital em 1929, o descontentamento, o ódio, tomou conta da Alemanha. A classe média sob ameaça de perder status, a classes trabalhadora desempregada e perdendo direitos, a burguesia temerosa com o crescimento do "Partido Comunista Alemão", tudo isso contribuiu para que se engrossassem as fileiras do partido Nazista. Em 1932, grandes empresas, ou melhor, grandes empresários e banqueiros passaram a dar-lhe apoio financeiro. Nesse mesmo ano, vários candidatos nazistas venceram as eleições. Em 1933, com o apoio das classes mais abastadas da sociedade alemã Hitler fora alçado para ocupar o cargo de chanceler. Os nazistas, em fim, chegaram ao poder, o que lhes dava mais força para combater os partidos de esquerda e todas as demais formas organizativas da classe trabalhadora. Os crimes contra a humanidade patrocinado pelo fascismo/nazismo alemão são conhecidos e não é nosso objetivo descreve-los neste espaço, apenas registramos que duraram longos anos até o fim da II Guerra Mundial.

Na mesma linha dos exemplos sumariados acima, seguiu o *Franquismo* (1939-1975) na Espanha. Este foi um sistema político ditatorial constituído aos moldes fascistas italiano, liderado por Francisco Paulino Hermenegildo Teódulo Franco y Bahamonde, mais conhecido como Francisco Franco (1892-1975).

Em Portugal, liderado por Antônio de Oliveira Salazar (1889-1970), se desenvolveu o *Salazarismo* (1937-1975). Esta ideologia, ou melhor, este regime político era inspirado no fascismo italiano, no integralismo lusitano e na Doutrina Social da Igreja. O Salazarismo foi inaugurado em 28 de maio de 1926, com um golpe de Estado articulado pelos militares, pôs fim ao liberalismo lusitano e inaugurou um período histórico de 41 anos de governo com características fascistas como o corporativismo e o anticomunismo. Nestas quatro décadas de existência, Salazar esteve à frente do governo durante 35 anos. Por isso, o Estado Novo Português também é chamado de Salazarismo.

O fascismo, assim, aparecia novamente como fruto de uma aguda situação social, na qual os elementos objetivos e subjetivos referentes às classes envolvidas relacionam-se complexamente, configurando um cenário político extremamente radicalizado.

Sobre o bonapartismo, em primeiro lugar, salientamos que este é anterior ao fascismo. Como regime político, emerge numa época (1850) em que, por ocasião do surgimento do proletariado como sujeito político independente e de uma conseqüente maior socialização da esfera política, a burguesia passou definitivamente à condição de classe social contrarrevolucionária. Tornando cada vez mais fluidas e ocasionais suas relações com seus próprios ideais liberal-democráticos e com seu próprio regime

democrático-burguês, a burguesia deixaria nítido, doravante, que não possuía nenhum compromisso de princípio, nenhum matrimônio indissolúvel com a democracia burguesa.

Em segundo lugar, a partir da *Comuna de Paris*, a “confusão” feita pela propaganda ideológica burguesa entre bandeiras “democráticas” e socialistas passaria a ser um traço sempre presente em momentos politicamente mais agitados, marcados pela ascensão do movimento de massas. Com efeito, desde 1871, as inúmeras manifestações do fenômeno bonapartista teriam quase sempre como um elemento determinante para sua eclosão/consolidação um efusivo ataque antissocialista e anticomunista por parte das classes dominantes a quaisquer reivindicações populares que buscassem alargar os marcos do regime democrático. Após a Revolução Russa de 1917, evidentemente, tal processo se intensificaria (DEMIER, 2012 p. 63/64).

Procurando ir além das interpretações do “senso comum” sobre a categoria bonapartismo, Demier (2012) lança mão de autores clássicos como Marx, Engels, Trotsky e Gramsci, que em certa medida deram as bases teóricas e filosóficas para a formulação de uma teoria crítica do bonapartismo. Assim, sintetiza esta espécie de regime políticos dizendo que,

o bonapartismo se exprime, fundamentalmente, pelo fenômeno da chamada autonomização relativa do Estado diante das classes e demais segmentos sociais em presença. Em determinadas conjunturas de exacerbação da luta de classes, nas quais o proletariado se apresenta como uma ameaça (real ou potencial) ao domínio do capital, e nenhuma das frações da classe dominante possui as condições de impor um projeto político à sociedade, de dirigi-la segundo seus interesses e preceitos particulares, instaura-se aquilo que se convencionou chamar de “crise de hegemonia”. Nessa situação de aguda divisão social, de impasse político, enfim, de equilíbrio de forças e incapacidade hegemônica, o aparelho de Estado se ingurgita, eleva-se por sobre os grupos conflitantes e, apregoando a unidade nacional a qual ele próprio afirma encarnar, impõe pela força a “paz social” e salvaguarda a ordem capitalista em xeque (DEMIER, 2012, p. 17/18).

O bonapartismo é uma forma de governo, ou melhor, de regime político em que a burguesia não governa o Estado e, portanto a sociedade, diretamente a partir de suas representações políticas tradicionais. Em muitos casos o Estado bonapartista suprime mesmo os partidos burgueses que compunham o Estado democrático burguês anterior. No bonapartismo a burguesia abdica de dirigir politicamente a nação. O bonapartismo é uma tentativa de salvação da ordem evitando um conflito mais entres as classes fundamentais da sociedade – burguesia e classe trabalhadora. Esse conflito pode ser perigoso para a burguesia por que, como demonstramos a cima, ela se encontra dividida e sem força para construir sua hegemonia.

Como portadora de um conhecimento ilustrado que é, adquirido em função da sua posição social e econômica, a burguesia é capaz de fazer isso com o objetivo, primeiro, de garantir a ordem social – da qual ela é a classe social hegemonicamente dominante – e, paralelamente, manter intactos seus interesses econômicos fundamentais. Noutras palavras: em determinadas conjunturas históricas bem precisas (como às que apontamos acima), a burguesia pode abrir mão de dirigir politicamente, com seus próprios punhos o aparato estatal que lhe é próprio, visando manter intactos seus objetivos econômicos, ideológicos e sociais. Para que isso se concretize, o fundamental é que o Estado deva continuar atuando como *capitalista total ideal*. Neste sentido, o bonapartismo é uma tentativa de salvação da ordem burguesa dominante evitando, assim, um conflito maior entre as frações das classes dominantes.

Assim, sob o bonapartismo, “o Estado, relativamente autônomo frente às frações burguesas, coloca-se como representante dos interesses de conjunto da burguesia, e o faz mesmo a despeito desta última” (DEMIER, 2012, p. 18). Entretanto, adverte o autor,

tal fato não significa, que não haja sempre uma ou mais frações do capital privilegiadas pelas políticas estatais sob o bonapartismo. Configura-se, então, uma formatação particular assumida pelo Estado capitalista em momentos de crise, um tipo de regime político caracterizado por uma dominação política indireta da burguesia sobre as demais classes sociais. O aparelho estatal, funcionando como uma espécie de árbitro do jogo político e pacificando o cenário social litigioso, ganha a aparência de uma força descolada, acima e independente da sociedade (DEMIER, 2012, p. 18).

Em última instância, portanto, podemos dizer que o bonapartismo fora uma tentativa desesperada para se manter a ordem geral do capital. Isso porque, um conflito aberto poderia se muito perigoso para as classes burguesas como um todo mas, em especial para a sociedade do capital. Desse modo, o bonapartismo é uma espécie de antessala do fascismo.

Quando a classe média decadente - ou melhor, para usarmos mais uma categoria marxiana, a *pequena burguesia* - entra em crise econômica, todo seu discurso ideológico atua como fertilizante contra o temor da proletarização. Essa classe intermediária (por exemplo, comerciantes, empresários, profissionais liberais em geral, entre outros), quando se arruína economicamente, faz com que brote como erva daninha em terra fértil o temor das condições de vida da classe trabalhadora. Ou seja, a pequena burguesia teme se tornar um trabalhador comum – desprovido de direitos e sem pose de qualquer meio de produção fundamental - e, nestas condições, o fascismo tende a crescer como um projeto político.

Vejamos um pouco mais de perto esta problemática, pois, em face do que dissemos, é necessário nos determos com maior atenção, dada a curiosa situação que o discurso ideológico da pequena burguesia apresenta, como sendo o verdadeiro. Ora, o que provoca uma determinada situação de crise na sociedade e que afeta também a pequena burguesia e os setores médios, não são os trabalhadores e ou o mundo do trabalho mas, justamente o contrário. Isto é, desde quando se consolidou a sociedade burguesa como forma societária dominante (pós Revolução Francesa de 1789), é o capital financeiro monopolista - que se concentra cada vez mais nas mãos de uma ínfima minoria - o causador das ruínas das classes de menor poder aquisitivo da sociedade. Inclusive, é o responsável pela crise da pequena burguesia. O paradoxo aparece na medida que o bonapartismo e mesmo fascismo e as classes sociais à que representam, dirige sua raiva, seu descontentamento, não contra estes causadores de suas crises, mas, contra àqueles que também são vítimas – a classe trabalhadora como um todo -, e que são justamente os que mais sofrem com a crise do grande capital. Dessa maneira, claramente, radicalizando o bonapartismo, o fascismo é instrumentalizado pelas classes hegemonicamente dominante para combater, ainda mais, a classe trabalhadora. Por isso, a ideologia fascista identifica em todas as formas organizativas e de lutas – partidos, sindicatos, movimentos e associações - da classe trabalhadora o inimigo a ser combatido. E não para por ai: todas as bandeiras, as pautas de luta, os símbolos, os intelectuais orgânicos e mesmo os valores da classe trabalhadora passam a ser responsabilizados pela piora das condições de vida das bases dos regimes fascistas – por isso devem ser combatidos em todos os campos.

O fascismo, na origem, não é o projeto da classes dominantes. Estas somente o aderem progressivamente e após abandonar seus partidos políticos que em face da crise de hegemonia instalada na sociedade carecem de legitimidade política e social. Como apontamos, a adesão das classes dominantes ao fascismo somente se dá em função da garantia do atendimento de seus objetivos econômicos (manutenção da ordem do capital) e a garantia da sua ordem social – a burguesa. Entretanto, como acertadamente definiu Trotsky, a garantia destes objetivos para as classes dominantes agora dar-se-á de um jeito plebeu (In. DEMIER, 2012). Num primeiro momento as classes dominantes não gostam dos métodos que o fascismo têm para resolver seus problemas – que são os problemas da própria burguesia. Esses métodos podem colocar em cheque a própria sociedade do capital como um todo. Por isso, a máxima de que para não perder os dedos, as classes dominantes topam ceder alguns anéis e torcem o nariz para os métodos bárbaros.

Se o bonapartismo, como dissemos, é a penúltima opção em um cardápio de dominação política da burguesia em crise, o fascismo é a última. A burguesia não tem o fascismo com bom gosto, porém, pode lançar mão dele sem nenhum remorso posterior. Portanto, bonapartismo e fascismo como buscamos demonstrar, “são definidos como regimes políticos correspondentes ao declínio histórico do sistema capitalista, do mesmo modo que a democracia burguesa parlamentar e suas reformas sociais são concebidas como subprodutos da sua fase ascendente e do seu florescimento” (DEMIER, 2012, p. 106).

Neste sentido, ao resgatando as formulações de Trotsky (DEMIER, 2012), além de apresentar teoricamente as diferenças entre fascismo e bonapartismo, procurou também evitar uma perspectiva que concebesse os dois regimes de um modo antitético, pois, há possibilidade de que o fascismo, muitas vezes derivado de um regime bonapartista, venha a se metamorfosear numa modalidade mais estável deste último.

Bonapartismo, fascismo e democracia burguesa no Brasil

Na América Latina os regimes marcadamente com características bonapartista e fascista, entre outros, foram a Argentina, o Chile e o Brasil. Quando Florestan Fernandes (2015) escreveu e publicou o ensaio *Notas sobre o fascismo na América Latina*, buscava identificar as características de uma modalidade de fascismo que teria persistido nas democracias latino-americanas, nominada por ele como “totalitarismo de classe”. Segundo o autor:

o fascismo na América Latina tem sido, até o presente, uma versão complexa dessa espécie [totalitarismo de classe] de fascismo. Como tal, ele pressupõe mais uma exacerbação do uso autoritário e totalitário da luta de classes, da opressão social e da repressão política pelo Estado, do que doutrinação de massa e movimentos de massa. Ele é substancialmente contrarrevolucionário e emprega a guerra civil (potencial ou real; e ‘a quente’ ou ‘a frio’) em dois níveis diferentes (e por vezes concomitantes): 1º contra a democratização como um processo social de mudança estrutural (por exemplo, quando ela ameaça a superconcentração da riqueza, do prestígio e do poder), ou seja, ele se ergue, de modo consciente, contra a ‘revolução dentro da ordem’; 2º) contra todos os movimentos socialistas, qualificados como revolucionários – portanto, ele também procura barrar a “revolução contra a ordem existente” (FERNANDES, 2015, p. 35).

No caso brasileiro, o que mais ficou conhecido na história com sendo um regime com características bonapartista foi período sob o governo de Getúlio Vargas, denominado de Estado Novo - que se estendeu de 1937 a 1945. Nesta fase, Vargas centralizou todo o poder do Executivo, grosso modo, em sua própria pessoa,

aproximando-se (mas com distância considerável) dos modelos nazifascistas europeu da mesma época.

A fim de entender o porquê de a instalação desse regime ditatorial ter ocorrido no fim do ano de 1937 – portanto, cerca de sete anos após a Revolução de 1930, que levou Vargas ao poder –, recuemos um pouco no tempo para recordar um fato ocorrido em 1935: a *Intentona Comunista*. Entre os dias 23 e 27 de novembro de 1935, diversos militares de baixa patente (soldados, tenentes, sargentos) ligados à Aliança Nacional Libertadora – ALN, organização comunista criada por Luís Carlos Prestes, insurgiram-se em três capitais de estado do Brasil: Belém, Recife e Rio de Janeiro. O objetivo do levante era promover uma ação revolucionária coordenada contra o então governo democrático de Getúlio Vargas, iniciado em 1934, com a promulgação da Constituição aprovada no mesmo ano. Com exceção de Belém, onde o levante teve duração um tanto maior, chegando a evoluir para um “governo revolucionário”, os outros focos foram rapidamente debelados, e seus líderes (civis e militares), presos.

No segundo semestre de 1937, o clima de tensão política chegou ao ápice com a “descoberta” de um programa revolucionário para o Brasil, que seria fomentado pela União Soviética. A partir desse episódio, o comunismo tornou-se, assim, o “maior inimigo” da Era Vargas e logo um subterfúgio para a instalação do Estado Novo, ou melhor, do bonapartismo brasileiro.

Entretanto, o momento mais fascizante na história da sociedade brasileira (sem ser a rigor um regime nazifascista como o que ocorreu na Itália e/ou Alemanha) fora aquele a partir do golpe civil-militar de primeiro de abril de 1964. Naquele contexto histórico, as classes dominantes do país direcionaram através da grande imprensa da época uma ampla campanha de difamação do comunismo, do socialismo, ganhando assim a “opinião pública”. Como resultado desta campanha, desencadeou-se após o fatídico primeiro de abril de 1964, uma onda de mobilizações de apoio ao golpe, tendo à frente, inclusive, o alto clero da Igreja Católica.

Embora o que salta aos olhos é a imagem da ditadura como um regime de exceção sob o comando dos militares, ela representou muito mais do que isso. O golpe não foi um fenômeno estritamente militar, mas, uma estratégia da burguesia e do grande capital nativo associado ao estrangeiro; nesta perspectiva apontamos o seu caráter civil-militar. O golpe foi respaldado publicamente pelas classes sociais mais abastadas da sociedade, bem como pelos setores medianos; por isso o regime foi uma resposta momentânea aos interesses das grandes burguesias, sob a direção dos governos militares. Durante os vinte

anos de ditadura correspondente ao período de 1964 a 1984, os “presidentes” do país foram militares. Apesar disso, como mencionamos, estes ditadores atendiam a demandas civis - em especial das classes economicamente dominantes. Dessa maneira, reitera Netto (2014, p. 74), “a ditadura instaurada a partir de 1º de abril, foi o regime político que melhor atendia os interesses do grande capital” e de seus apologistas.

Sinteticamente, portanto, podemos afirmar que a ditadura civil-militar foi produto e o resultado de uma política preventiva e contrarrevolucionária orquestrada pelos EUA, com o apoio das burguesias locais e do grande capital. Tinha como objetivo impedir as ascensões progressistas que despontavam no Brasil e simultaneamente assegurar a manutenção das altas taxas de lucro dos capitalistas.

Os conflitos sociais pré-1964, principalmente no ano de 1963, cresciam vertiginosamente expressando um novo grau da luta de classes. Nas cidades, as forças de esquerda, representadas pelo movimento sindical filiado ao Comando Geral dos Trabalhadores - CGT⁹ recorriam ao direito constitucional de greve, os estudantes vinculados à União Nacional dos Estudantes - UNE e o Movimento Cultural dos Artistas (Movimento de Cultura Popular, Centro de Cultura Popular etc.) desenvolviam grandes mobilizações estudantis de rua e mesmo membros do Partido Trabalhista Brasileiro - PTB faziam coro na defesa da solução dos problemas estruturais do povo brasileiro.

No campo, registra-se principalmente, mas não unicamente, a atuação da União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícola do Brasil - ULTAB criada em 1954, em São Paulo, pelos comunistas, com a finalidade de organizar os trabalhadores rurais. Esta organização culminou mais tarde na constituição em 1963, da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura – CONTAG, que organizava o movimento sindical rural e parte das Ligas Camponesas. Estas politicamente influenciadas pela Revolução Cubana, através de dois dos seus principais dirigentes (Francisco Julião e Clodomir Santos de Moraes) levantavam a bandeira da “*reforma agrária na lei ou na marra*”.

Em terras latino-americanas, portanto, após o fim da ditadura Argentina (1983), que talvez fora, ao lado da chilena (1973-1990), a mais sanguinária da região, e do fim da ditadura uruguaia em 1985, a onda conservadora dos anos 1970 estava posta em franco refluxo. Ao refletir sobre a conjuntura desta década, período em que escreveu e publicou a *Introdução ao fascismo*, Konder sentenciou:

⁹ Fundada em 1962, esta foi a primeira central dos trabalhadores operários no Brasil. Pode-se dizer, grosso modo, que foi “uma espécie de CUT” dos anos 1960.

as condições atuais da luta não animam o capital financeiro a correr o risco de apoiar partidos de massa, capazes de empunhar bandeiras com cruzes suásticas nas ruas: é preferível tentar manipular a maioria silenciosa, que fica discretamente em casa, entregue ao consumo da Coca-Cola e da televisão. Novos padrões de conduta política passam a ser inculcados sob a capa de atitudes não-políticas. As circunstâncias exigem dos fascistas que eles sejam mais prudentes e mais discretos que desejariam. Pragmaticamente, adaptam-se às exigências dos novos tempos. Mas continuam a trabalhar, infatigavelmente, preparando-se para tempos “melhores”, que lhes permitam maior desenvoltura (KONDER, 2009, p. 112).

A insatisfação a esta forma de governo generalizou-se por todo o nosso continente. Assim, todas as ditaduras foram combatidas, contestadas e abolidas ao longo dos anos 1980. No lugar deste, novamente triunfa o regime político mais a gosto das classes dominantes – a democracia formal burguesa.

No Brasil, após o processo de redemocratização que culminou com as eleições diretas em 1989, sob o neoliberalismo, principalmente no seu auge durante a década de 1990, o *Estado de “Mal-Estar Social”* brasileiro viveu mais um revés. Trata-se do processo de *contrarreforma*, como bem o definiu Behring (2008), portanto, de reforma *conservadora e regressiva*. O seu argumento em favor desta caracterização fundamenta-se no fato verossímil de que os últimos governos brasileiros – desde a redemocratização do país - tiveram como meta, entre outros ataques ao mundo do trabalho, a desconstrução de direitos sociais já conquistados, o que permite a autora defender a tese de que estamos numa época de *contrarreforma* (BEHRING, 2008, p. 171 e SS.). Ao Estado, em seu novo papel, coube a função de privatizar os setores rentáveis, salvar os monopólios falidos, pagar altos juros para os rentistas, em fim, levar a cabo a abertura comercial. Sem abrir mão, contudo, de sua função coercitiva.

Assim, nas condições atuais, temos que enfrentar a “questão social” tendo consciência que ela é insolúvel sob o capitalismo; a alternativa que se apresenta é a supressão. Precisamos lutar para melhorar as condições de vida do povo, mas isso só se resolve em definitivo mexendo nas estruturas da sociedade capitalista.

Algumas palavras em aberto

Desde junho de 2018, aproximadamente, quando iniciou o debate eleitoral brasileiro e com ele a possibilidade concreta da eleição de Bolsonaro à Presidente, acaloram-se as discussões sobre o caráter daquele futuro governo e regime político. Nos meios acadêmicos e na militância política situada em torno de uma perspectiva humanista, era uníssono a ideia de que um futuro governo Bolsonaro seria, para dizer o mínimo, um governo recheado de elementos fascistas. Entretanto, nos dias atuais, parece que os

desafios aumentaram ainda mais. Porém, para tentarmos elucidar, convém uma rápida digressão na sobre a história política recente do país.

É evidente que nos primeiros anos deste novo milênio, a classe dominante brasileira vivia - àquilo que chamamos, a partir de Gramsci -, uma crise de hegemonia. Porém, o centro do debate desde então deu-se em torno da corrupção!

Pondo-se contrário a ideia de que a corrupção é inevitável ou que ela supostamente faz parte da “natureza humana”, pois ela estaria presente em todas as sociedades, como defendem os apologistas do sistema burguês, alguns intelectuais orgânicos marxista, defendem a ideia de que, é na fase madura do tardo capitalismo que a corrupção e os monopólios aparecem como irmãos siameses. Ou, se preferir, é sob a fase monopolista do capital que a corrupção caminha de mãos dadas com o modo de produção burguês.

Neste sentido, Arcary resgata uma importante formulação marxiana de que “não existe fatalismo na condição humana que nos condene à corrupção” (2015, p. 74). Entretanto, a corrupção é uma prática natural, infelizmente, das classes dominantes se manterem na hegemonia do seu Estado burguês. Ela existiu e existe em todos os regimes políticos e em todas as formas de governos. Portanto, não é um “privilégio” dos brasileiros, dos latinos e dos asiáticos entre outros. A corrupção é uma maneira das elites e dos mais altos dirigentes da burocracia estatal surrupiar a mais-valia social por meio indiscutivelmente “mais fácil”.

Como observa Filgueiras¹⁰ (2018), para além da indignação contra a corrupção (sempre ela no Brasil: 1954, 1955, 1964, 1989, 1992 e agora - 2018), do moralismo (sempre falso) e do antipetismo obsessivo (“contra os petralhas!”), há uma onda fascista no mundo e no Brasil que, como sempre, se alimenta de um momento de crise - desemprego, precarização do trabalho, queda da renda e aumento da pobreza - que penaliza a maioria da sociedade, mas especialmente os grupos e camadas médias que caem, ou estão ameaçados de cair, econômica e socialmente. É principalmente a partir desse segmento social que elementos do fascismo vem se espalhando mundo afora.

Esta crise profunda que vivemos é produzida pela confluência de elementos econômicos e políticos, principalmente. Em meio a esta nova conjuntura, posta pela decadência capitalista e pelas mobilizações de massas desencadeadas em junho de 2013, produziu-se um cenário no qual a segunda eleição de Dilma - em outubro 2014 -

¹⁰ FILGUEIRAS, Luís. **O ovo da serpente e a eleição para presidente.** In. <https://blogdaboitempo.com.br/2018/10/21/o-ovo-da-serpente-e-a-eleicao-para-presidente/>. Acessado em 11/11/2018.

transformou-se em um verdadeiro estelionato eleitoral. Registre-se que nestas eleições, se por um lado, o lulopetismo nunca prometeu tanto pelo Brasil, por outro, não se pode esquecer-se dos ataques dos marqueteiros e dos ideólogos do PT às esquerdas e mesmo às candidaturas de centro, que propunham uma alternativa à hegemonia petista e à peessedebista. Por exemplo, o ataque às formulações críticas vieram antes mesmo das eleições¹¹ e, o golpe às candidaturas de centro foi proferido durante o pleito quando o PT e o PSDB sentiram-se ameaçados por Marina Silva. Lembremos que os marqueteiros do PT, hoje presos da Lava Jato, a atacaram dizendo que com “ela presidente não haveria mais emprego nem comida no prato do povo brasileiro”. E por aí vai!

Mas, definido o segundo turno entre o PT e o PSDB e em face da possível derrota para seu oponente Aécio Neves, a então Presidenta Dilma se sentiu ameaçada e por isso fez o mesmo que fizera na eleição para o seu primeiro mandato, em outubro de 2010 e, o que Lula havia feito no segundo turno das eleições em 2006, ou seja, fez uma nova reaproximação com as antigas bases sociais. Esta tática de prometer e não cumprir nenhum décimo do prometido, bem como de recorrer às bases sociais históricas mais sólidas, como dissemos, é recorrente entre os próceres petistas defensores de lulismo e “novo desenvolvimentismo”. Recorda-nos Oliveira (2010), que durante o segundo turno das eleições de 2006, “Lula queixou-se amargamente, de não ser o preferido dos ricos, cobrando-lhes o fato de que nunca os banqueiros ganharam tanto dinheiro como em seu governo, para logo depois dizer que os pobres haviam ganhado a eleição” (OLIVEIRA, 2010, p. 24). Contudo, embora ninguém que seja razoável, nem à direita, nem à esquerda esperasse grandes mudanças no segundo mandato de Lula, aparentemente o espaço da esquerda havia se ampliado.

Porém, após a reeleição, já nos primeiros dias de seu segundo mandato, a ilusão quanto ao peso da esquerda se desfez com as primeiras declarações do presidente reeleito, que reendossou a política econômica, manteve no cargo algumas figuras emblemáticas (caso de Henrique Meireles), defendeu a era Palocci e, aventou para compor novos ministérios, ilustres como Jorge Gerdau e Blairo Maggi etc. Ainda de acordo com Oliveira (2010, p. 22), “Lula distanciou-se ostensivamente do PT; somente recorreu ao partido, e a setores da esquerda fora dele, no segundo turno de 2006, quando viu a reeleição ameaçada”. Para Arcary (2014, p. 112), “o lulismo, com seu caudilhismo eleitoralista, devorou o PT, e absorveu os partidos e movimentos satélites do PT, em

¹¹ Ver artigo de Emir Sader, editorial do BSF na semana das eleições de 2014, entre outros.

maior ou menor medida”. E, neste processo de evolução histórica do lulismo, “para se credenciar como partido eleitoral resignado aos estreitos limites do regime democrático-liberal no Brasil, o PT precisou deixar de ser petista” (ARCARY, 2014, p. 71).

De acordo com Iasi (2006, p. 360), “o PT representava a possibilidade de uma manifestação autêntica das classes trabalhadoras, isto é, uma organização [partidária] levada à frente pelos próprios trabalhadores, sem a tutela das elites”. Porém, “a experiência petista chega ao governo concedendo vantagens à burguesia antes mesmo de ser eleita, como pode ser vista na famosa ‘Carta aos brasileiros’ ironicamente batizada de ‘Carta aos banqueiros’ por línguas maledicentes” (IASI, 2006, p. 548).

Em artigo recente, discutindo a ascensão das ideias fascistas no Brasil, representadas pelo agora Presidente Bolsonaro e a conjuntura política eleitoral de 2018, Iasi (2018) defende a hipótese segundo a qual, “a desarticulação do PT e a impossibilidade da direita golpista encontrar uma alternativa viável do ponto de vista eleitoral abriu o espaço para que a alternativa reacionária se apresentasse como possibilidade de governo”¹².

Outro elemento importante a ser destacado como propulsor da ameaça fascista que vivemos é a crise econômica do capital, iniciada em 2015 e a atuação de três partidos políticos (PSDB, PMDB e PP) muito influentes na sociedade brasileira. Além disso, parte do Poder Judiciário (inclusive a “Lava Jato”) e do Ministério público, a grande mídia corporativa e parte majoritária das igrejas evangélicas – que, por motivos distintos, foram a ponta de lança do Golpe parlamentar-judicial-midiático que depôs a Presidente Dilma Rousseff.

Em outras palavras: se, por um lado, toda essa crise fora gerada e alimentada desde o início do milênio a partir do modelo ou do projeto de *conciliação de classes* patrocinado pelos governos petistas sob o lulismo: por outro lado, ela foi desenvolvida a partir de interesses dos grandes grupos econômicos rentistas, da grande imprensa a serviço do capital e do moralismo de costumes e cultural, com a instrumentalização política da corrupção e da religião.

O movimento de extrema direita que identificamos hoje no Brasil, de caráter claramente apologético do fascismo, foi cevado nesse processo. A pequena burguesia brasileira está profundamente descontente, com raiva. Contudo, de acordo Iasi (2018) coube à direita dar forma a esse ódio, colando nele a máscara de seu adversário nas

¹² IASI, Mauro. **O fascismo e os homens bons**. In. <https://blogdaboitempo.com.br/2018/10/16/o-fascismo-e-os-homens-bons/>. Acessado em 17/10/2018.

eleições – o PT. Além disso, esta pequena burguesia conseguiu imputar no imaginário popular que o PT é o culpado da crise, das filas no atendimento na saúde, da precariedade da educação, da corrupção, da desagregação das famílias, da explosão de uma sexualidade aberrante que ameaça, de mulheres que levantam a voz e colocam o dedo na cara de quem as oprime, de índios (meu deus, ainda tinham índios neste país) querendo as terras tão bem ocupadas por mineradoras, madeireiras e o agronegócio¹³.

Esse ódio, se, por um lado não é culpa direto dos governos do PT, por outro, certamente, desenvolve-se em face do modelo adotado pelos governos do PT nos últimos anos, que claramente privilegiou, por um lado, o grande capital, sobretudo os bancos e os grandes latifundiários do agronegócio. Lula quando era Presidente, disse muitas vezes que graças à ele, “nunca na história desse país os banqueiros¹⁴ ganharam tanto dinheiro”. Neste sentido, basta uma rápida olhada para o desempenho dos cinco maiores bancos do país. Os dados anuais do DIEESE demonstram que em 2014 e 2015, anos de crise econômica e declínio do Produto Interno Bruto - PIB, apesar da restrição de crédito, fechamento de agências e postos de trabalho, “o lucro líquido dos cinco maiores bancos segue subindo e batendo recordes. Por outro lado, os trabalhadores desorganizados mais pobres do país que gozaram de programas sociais como o Bolsa Família e o Pro-une, entre outros, e assim puderam ser “incluídos pelo consumo”.

Esses fatores, aliados ao histórico e cultural preconceito de classes - inclusive disseminado pelas classes mais abastadas da sociedade - entre outros, que não podemos desenvolver neste espaço, fez com que a pequena burguesia com sua ideologia fascista, visualizasse na classe trabalhadora (os setores que minimamente começaram a ser vistos pelas políticas públicas nos últimos anos) os responsáveis pela sua ruína. Nada mais próprio e típico do fascismo. As classes dominantes brasileira se curvaram em face da ameaça fascista representada por Bolsonaro.

Este fato é, como estamos demonstrando, a prova histórica de que o fascismo recruta seu material humano sobretudo no seio da pequena burguesia. Esta classe social, em face das crises da alta burguesia termina sendo arruinada pelo grande capital, e não

¹³ IASI, Mauro. **O sujeito oculto: ao vencedor as batatas**. In. <https://blogdaboitempo.com.br/2018/11/05/o-sujeito-oculto-ao-vencedor-as-batatas/>. Acessado em 06/11/2018.

¹⁴ Quando mencionados os cinco maiores bancos do país, trata-se de Itaú/Unibanco, Bradesco, Santander, Caixa Econômica Federal e Banco do Brasil que correspondem, juntos, a 83% dos ativos totais e 86% de todo o dinheiro detido por instituições financeiras no Brasil, denotando assim a grande concentração no setor bancário brasileiro (Brasil de Fato, 20 de Julho de 2016).

existe saída para ela na presente estrutura social: porém, não reconhece outra a não ser esta. Seu descontentamento, revolta e desespero são desviados do grande capital, pelos fascistas, e dirigidos contra os operários. Pode-se dizer também sobre o fascismo, que este é uma operação de “deslocamento” dos cérebros da pequena burguesia no interesse de seus piores inimigos. Assim, o grande capital arruína inicialmente as classes médias e, em seguida, com a ajuda de seus agentes mercenários – os demagogos fascistas –, dirige a pequena-burguesia submersa no desespero contra as classes trabalhadoras.

Naturalmente que a perspectiva socialista não navega por estas águas. Contudo, certamente essa possibilidade histórica esteve presente na arena política brasileira. Porém, não logrou acumular forças para um processo de transformação mais radical do país. Entretanto, é preciso valorizar que centenas de intelectuais e militantes mesmo em tempos difíceis ousaram segurar a bandeira socialista e das reformas estruturais.

Neste sentido, “cada passo do movimento real é mais importante do que uma dúzia de programas” (Marx, 2012, p. 20). Ou seja, os atos e processos sociais que defendemos são mais importantes que qualquer programa de Estado, de partido ou de determinado governo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARCARY, Valerio. **Um reformismo quase sem reformas: uma crítica marxista do governo Lula em defesa da revolução brasileira**. São Paulo: Sundermann, 2015.

BEHRING, Elaine Rossetti. **Brasil em contrarreforma: desestruturação do Estado e perdas de direitos**. São Paulo: 3º ed., Cortez, 2008.

DEMIER, Felipe Abranches. **O longo bonapartismo brasileiro (1930-1964): autonomização relativa do Estado, populismo, historiografia e movimento operário**. Niterói: [s.n.], 2012. 506 p. Tese (Doutorado) – Universidade Federal Fluminense, Departamento de História. Área de concentração: História Social.

COUTINHO, Carlos Nelson. **Cultura e Sociedade No Brasil: Ensaio Sobre Ideias e Formas**. Rio de Janeiro: 3º ed., Editora DP&A, 2005.

_____. **Marxismo e política: A dualidade de poderes e outros ensaios**. São Paulo: 3º Ed. Cortez, 2008.

FERNANDES, Florestan. **A revolução burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica**. São Paulo: Globo, 5ª ed., 2005.

_____. **Notas sobre o fascismo na América Latina. In: Poder e contrapoder na América Latina**. São Paulo: Expressão Popular, 2015.

FILGUEIRAS, Luís. **O ovo da serpente e a eleição para presidente.** In. <https://blogdaboitempo.com.br/2018/10/21/o-ovo-da-serpente-e-a-eleicao-para-presidente/>. Acessado em 11/11/2018.

GRAMSCI, Antônio. **Cadernos do cárcere. V. 1. Introdução ao estudo da filosofia de Beneditto Croce.** 3º Edição; Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.

_____. **Cadernos do cárcere. V. 3. Maquiavel, nota sobre o Estado e a política.** 7º Edição; Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.

IANNI, Octavio. **Estado e planejamento econômico no Brasil.** Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2009.

IASI, Mauro Luís. **As metamorfoses da consciência de classe: O PT entre a negação e o consentimento.** Expressão Popular. São Paulo, 2006.

_____. **O sujeito oculto: ao vencedor as batatas.** In. <https://blogdaboitempo.com.br/2018/11/05/o-sujeito-oculto-ao-vencedor-as-batatas/>. Acessado em 06/11/2018.

KONDER, Leandro. **Introdução ao Fascismo.** São Paulo: Expressão Popular, 2009.

MANDEL, Ernest. **O capitalismo tardio.** São Paulo: Abril Cultural, 1982.

MARINI, Rui Mauro. **A dialética da dependência: Uma antologia da obra de Ruy Mauro Marini.** Petrópolis, RJ: Vozes; Buenos Aires: CLACSO, 2000.

_____. **Subdesenvolvimento e Revolução.** Florianópolis: Insular, 2014.

MARX, Karl Heinrich. **Para a questão judaica.** São Paulo: Expressão Popular, 2009.

_____. **Contribuição à crítica da Filosofia do Direito de Hegel. Introdução.** São Paulo: Expressão Popular, 2010.

_____. **Crítica ao programa de Gotha.** São Paulo: Boitempo, 2012.

MARX, Karl; ENGELS Frederico. Organização e introdução de Osvaldo Coggiola. **Manifesto do partido comunista.** São Paulo: Boitempo, 2010.

NETTO, José Paulo. **Pequena história da ditadura brasileira (1964-1984).** São Paulo: Cortez, 2014.

NETTO, José Paulo e BRAZ, Marcelo. **Economia política: uma introdução crítica.** 3º Ed. São Paulo: Cortez, 2007.

OLIVEIRA, Francisco de. BRAGA, Ruy e RIZEK, Cibele (Orgs.). **Hegemonia às avessas: economia e política na era de servidão financeira.** São Paulo: Boitempo, 2010.